

VIRGÍLIO MACHADO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS CONSERVADORES DOS REGISTOS, AVISA

“A resposta atempada que os serviços de registo têm prestado está definitivamente posta em causa”

Nas conservatórias dos registos em Portugal, “calcula-se que existem cerca de mil lugares por preencher” e há “um outro problema muito preocupante”: a média de idades dos trabalhadores é de “55 anos”, sendo que o funcionário mais novo tem “43 anos”.

Em entrevista à “Vida Económica”, Virgílio Machado, presidente da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos (ASCR), lança o aviso: “Não diria que esteja posta em causa a credibilidade dos registos”. Porém, com a falta de meios humanos e técnicos “a eficácia cai drasticamente” e “a resposta atempada que os serviços de registo têm prestado e que os cidadãos merecem está, definitivamente, posta em causa”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - As medidas de simplificação que foram sendo introduzidas nos últimos anos - constituição ou dissolução de empresas na hora, por exemplo - e o aumento de valências que vêm sendo atribuídas aos serviços de registo são, à partida, benéficas para os cidadãos e as empresas. Podemos mesmo confiar nessa simplificação e na autenticidade dos atos praticados, tendo em conta a falta de meios técnicos e humanos de que a ASCR se queixa?

Virgílio Machado - Desde 2006, e mesmo antes, que o legislador vem atribuindo aos serviços de registo portugueses cada vez mais valências, competências e atribuições. São os casos, entre outros, da Empresa na Hora, Associação na Hora, Sucursal na Hora, Balcão do Empreendedor, Casa Pronta, Procedimentos Simplificados de Sucessão Hereditária, Portal do Imobiliário, serviços ‘on-line’. Este aumento de valências não foi acompanhado com a entrada de novos recursos humanos, nem foram feitos investimentos no parque informático existente. De qualquer modo, não pode ser posta em causa a fidedignidade dos atos que se praticam. Porém, o que está já a acontecer é que os mesmos não são praticados com a celeridade que antes se verificava.

VE - Para responder com eficácia à implementação de todas as medidas de simplificação que foram criadas quantos mais quadros seriam necessários?

VM - Calcula-se que existem cerca de mil lugares por preencher. Acresce um outro problema, que é muito preocupante. De facto, a média de idades dos trabalhadores dos registos é de 55 anos, sendo que o funcionário mais novo tem 43 anos. Ora, a falta de concursos externos impede a tão necessária e imprescindível renovação dos recursos humanos, o que pode ter como consequência o colapso dos serviços. É muito urgente que o poder político tome medidas imediatas para atacar este problema.

VE - No que respeita aos meios técnicos, o que é que falta exatamente?

VM - Os computadores instalados nos serviços de registo têm mais de 10 anos e têm, ainda, instalado o sistema operativo Windows XP. Estão, como facilmente se compreende, obsoletos.

Por outro lado, as aplicações informáticas carecem de atualizações, que nem sempre acontecem. Estamos a trabalhar com as mesmas aplicações implementadas em 2005. Os sistemas informáticos estão lentos, demoram, por vezes, mais de duas horas a carregar as aplicações. Tudo isto faz com que, muitas vezes, se espere e desespere para podermos começar o nosso trabalho.

VE - Que implicações orçamentais é que a aquisição desses novos meios acarretam?

VM - Calcula-se que seja necessário um investimento de alguns milhões de euros para atualizar o parque informático, servidores incluídos.



Virgílio Machado, presidente da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos.

“Os sistemas informáticos estão lentos, demoram, por vezes, mais de duas horas a carregar as aplicações. Tudo isto faz com que, muitas vezes, se espere e desespere para podermos começar o nosso trabalho”

VE - Sem esse reforço de meios humanos e técnicos a credibilidade e a eficácia dos serviços dos registos pode ficar em causa?

VM - Não diria que esteja posta em causa a credibilidade dos registos. Porém, a eficácia cai drasticamente. A resposta atempada que os serviços de registo tem prestado e que os cidadãos merecem está, definitivamente, posta em causa.

VE - A privatização de vários serviços - os notários, por exemplo - fragilizou os serviços públicos, na sua opinião? Defendem a reversão dessa privatização?

VM - Nunca fomos a favor da privatização do notariado. Mas ela aconteceu e penso que isso é irreversível. Existem, atualmente, outras entidades que também exercem a função notarial como, por exemplo, advogados e solicitadores. Não podemos afirmar que é mais seguro titular uma compra de um prédio por escritura do que por documento particular autenticado. São documentos que têm a mesma força probatória. No entanto, em sede de registo predial, demora mais tempo a verificação da legalidade de um documento particular autenticado, porque a sua confeção é diferente da escritura pública, tendo de ser feitos mais controlos nestes do que naquela.

“Sistema de registos proporciona um ambiente favorável à contratação”

A ASCR, em parceria com o Conselho Regional da Ordem dos Advogados de Lisboa, realizou na última semana um colóquio acerca da presunção de verdade e titularidade no sistema registal português.

Estiveram presentes, entre outros, “conceituados autores em matéria de registo”, refere Virgílio Machado nesta entrevista, destacando o juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça José Fernando de Salazar Casanova Abrantes, o professor doutor Heinrich Ewald Hörster, o professor doutor Rui Pinto Duarte, a professora doutora Mónica Jardim e o convidado especial professor doutor Nicolás Nogueroles da Universidade Pompeu Frabra, em Barcelona e registador.

Questionado pela “Vida Económica”, o presidente da ASCR revela que “foram debatidos quais os efeitos que resultam do sistema registal português, bem como a sua credibilidade perante o julgador, os agentes económicos e os cidadãos”. E as conclusões, que “irão ser entregues à senhora ministra da Justiça”, são animadoras: “conclui-se que o sistema de registos nacional se situa num bom plano, merecedor de confiança e que proporciona um ambiente favorável à contratação”. No entanto, diz Virgílio Machado, esse sistema de registos “carece de harmonização de algumas normas registais com as do direito civil português”.

A ASCR considera ser “urgente a

adaptação do sistema a novas realidades e a renovação geracional”, dotando as estruturas de “meios técnicos e humanos que permitam responder à implementação de medidas ‘simplex’ e ao aumento de valências que vêm sendo atribuídas aos serviços de registo”, dadas as suas “potencialidades e proximidade” com os cidadãos, empresas e profissionais do Direito.

Virgílio Machado dá exemplos dessa relação com os cidadãos e as empresas: “quando decidimos comprar uma casa, podemos acreditar no valor dos documentos que são produzidos nesse processo de legalização; quando, finalmente, nos entregam uma certidão do registo de propriedade lavrado a nosso favor,

ficamos seguros de que tudo correu bem até esse momento e que podemos comprovar perante quem quer que seja que aquela casa nos pertence – basta-nos para tanto exibir a certidão ou apresentar o respetivo código de acesso ‘online’”.

Do mesmo modo, frisa Virgílio Machado, “podemos confiar naquela informação para decidir comprar ou aceitar a hipoteca desse imóvel como garantia de uma dívida, sem que seja necessário recorrer ao tribunal para averiguar da verdadeira titularidade de um imóvel, de um navio ou de um veículo”. Assim como “acontece na compra de um automóvel ou na constituição de uma sociedade comercial”, para falarmos apenas de exemplos mais comuns.